



**RESOLUÇÃO Nº 29, DE 17 DE MAIO DE 2016.**

DISPÕE, NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS, SOBRE O ACESSO À INFORMAÇÃO E A APLICAÇÃO DA LEI 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS**, no uso das suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o disposto no inciso XXXIII do art. 5º; no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, bem como na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 37, caput e § 1º, da Constituição Federal, e nos arts. 48 e 48-A da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, com as alterações promovidas pela Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009;

**CONSIDERANDO** a edição da Resolução CNJ nº 215, de 15 de dezembro de 2015;

**CONSIDERANDO** que o direito fundamental de acesso à informação deve ser assegurado por procedimentos executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública;

**CONSIDERANDO** ser a publicidade um dos princípios fundamentais regentes da administração pública, compreendendo a transparência, a acessibilidade, a integralidade e a integridade das informações referentes à gestão administrativa e financeira da coisa pública;

**CONSIDERANDO** o dispêndio habitual de recursos financeiros para impressão e distribuição de relatórios de atividades e outros materiais de divulgação no âmbito do

Poder Judiciário; e a conveniência de substituição das mídias impressas pelas mídias eletrônicas como medida de promoção da preservação do meio ambiente;

**CONSIDERANDO**, finalmente, o contido no Processo Administrativo nº 00682-2.2016.001 e o que decidiu o Plenário do Tribunal de Justiça, em Sessão Administrativa realizada nesta data,

**RESOLVE:**

## **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** O acesso à informação previsto na Lei 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), e a transparência na divulgação das atividades do Poder Judiciário de Alagoas seguem o disposto nesta Resolução.

**Art. 2º** Os órgãos administrativos e judiciais do Poder Judiciário de Alagoas devem garantir às pessoas naturais e jurídicas o direito de acesso à informação, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

**Art. 3º** Os procedimentos previstos nesta Resolução devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I – observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II – divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III – utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV – fomento ao desenvolvimento da cultura da transparência na administração pública;
- V – contribuição para o desenvolvimento do controle social da administração pública.

**Art. 4º** Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

- I – informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato, incluindo peças processuais;
- II – documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

**III** – informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

**IV** – informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

**V** – tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

**VI** – disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

**VII** – autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

**VIII** – integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

**IX** – primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

## **CAPÍTULO II DA TRANSPARÊNCIA ATIVA**

**Art. 5º** A divulgação das informações de interesse geral produzidas ou custodiadas pelo Poder Judiciário de Alagoas dar-se-á, independentemente de requerimento, por meio de seus sítios eletrônicos, bem como deverá observar:

**I** – o caráter informativo, educativo ou de orientação social das publicações e demais comunicações realizadas por qualquer meio, sendo vedada a menção a nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidor público;

**II** – a preferência pela utilização de meios eletrônicos em detrimento dos impressos, salvo quando esses, em tiragem estritamente limitada à respectiva necessidade, e com uso de insumos de baixo custo financeiro e reduzido impacto ambiental, forem destinados para:

**a)** informar a população sobre seus direitos e sobre o funcionamento da Justiça, em linguagem simples e acessível;

**b)** cumprir dever legal;

**c)** editar publicações de teor científico ou didático-pedagógico;

**d)** atender à política de gestão documental do órgão quanto ao armazenamento físico;

**III** – o livre acesso, a integralidade, a exatidão e a integridade das informações alusivas à gestão administrativa, financeira e orçamentária dos tribunais e conselhos.

**Art. 6º** É de responsabilidade das seguintes unidades disponibilizar no sítio eletrônico do Poder Judiciário de Alagoas:

**I** – Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário – APMP: finalidades e objetivos institucionais e estratégicos, metas, indicadores e resultados alcançados. Registro das competências das unidades judiciárias de 1º grau. Dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos. Levantamentos estatísticos;

**II** – Diretoria Adjunta de Tecnologia da Informação - DIATI: endereços, inclusive eletrônicos, e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

**III** – Direção-Geral: normativos expedidos e o calendário das sessões plenárias administrativas;

**IV** – Diretoria de Comunicação: audiências públicas realizadas;

**V** – Secretaria Geral, Câmaras e Seção Especializada Civil: calendário das respectivas sessões;

**VI** – Ouvidoria Judiciária: respostas a perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ);

**VII** – Procuradoria Administrativa do Poder Judiciário: o campo “Organização”, que conterà a Constituição do Estado, o Código de Organização, o Regimento Interno e Leis Estaduais;

**VIII** – Secretaria Especial da Presidência: o campo “Histórico”, com as origens do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas e a galeria dos ex-presidentes;

**IX** – Coordenação dos Juizados Especiais: informações relativas ao campo “Juizados”;

**X** – Diretoria de Comunicação: as informações relativas ao campo “Comunicação”;e

**XI** – Setor de transportes: informações sobre as viaturas.

**§ 1º** A DIATI é responsável por disponibilizar mecanismo que possibilite o acompanhamento dos respectivos procedimentos e processos administrativos instaurados e que não se enquadrem nas hipóteses de sigilo.

**§ 2º** Compete à Procuradoria Administrativa do Poder Judiciário atualizar e compilar as resoluções e atos normativos que sofrerem acréscimos, revogações ou outras alterações e enviá-los à Direção-Geral para sua disponibilização.

**§ 3º** Os gestores de contratos, inclusive os de publicidade, subsidiarão as informações sobre as empresas contratadas e, quando for o caso, a respeito de terceirizados.

**Art. 7º** É de responsabilidade das seguintes unidades disponibilizar, especificamente no campo denominado “Transparência”, no sítio eletrônico do Poder Judiciário de Alagoas:

**I** - Diretoria Adjunta de Contabilidade e Finanças – DICONF: programação e execução orçamentária;

**II** – Departamento Central de Aquisições – DCA: informações referentes a procedimentos licitatórios, com os respectivos editais e resultados,

**III** – Subdireção Geral: todos os contratos celebrados;

**IV** – Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP: Tabela de Lotação de Pessoal (TLP) de todas as unidades administrativas e judiciárias, com identificação nominal dos servidores, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança ocupadas, atualizada semestralmente. Estruturas remuneratórias. Remuneração e proventos percebidos por todos os membros e servidores ativos, inativos, pensionistas e colaboradores do órgão, incluindo-se as indenizações e outros valores pagos a qualquer título, bem como os descontos legais, com identificação individualizada e nominal do beneficiário e da unidade na qual efetivamente presta serviços, com detalhamento individual de cada uma das verbas pagas sob as rubricas “Remuneração Paradigma”, “Vantagens Pessoais”, “Indenizações”, “Vantagens Eventuais” e “Gratificações”, consoante quadro descrito no anexo único, da Resolução CNJ nº 215, de 15 dezembro de 2015. Relação de membros e servidores que se encontram afastados para exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública. Relação de membros e servidores que participam de Conselhos e assemelhados, externamente à instituição.

**V** – Secretaria Especial da Presidência: estrutura organizacional do Tribunal de Justiça e a competência das unidades administrativas e judiciárias de 2º grau;

**§ 1º** Os dados constantes do campo “Transparência” deverão estar integrados a sistema informatizado de administração financeira e controle.

**§ 2º** As informações individuais e nominais da remuneração de membro ou servidor mencionadas no inciso IV serão automaticamente disponibilizadas mediante prévia identificação do interessado, a fim de se garantir a segurança e a vedação ao anonimato, nos termos do art. 5º, caput e inciso IV, da Constituição Federal, salvaguardado o sigilo dos dados pessoais do solicitante, que ficarão sob a custódia e responsabilidade da unidade competente, vedado o seu compartilhamento ou divulgação, sob as penas da lei.

**§ 3º** A identificação a que se refere o § 2º será limitada ao nome completo e ao número de um dos seguintes documentos:

**I** – Carteira Nacional de Habilitação (CNH);

**II** – Registro Geral de Identidade Civil (RG);

**III** – Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

**IV** – Título de Eleitor.

**Art. 8º** A DIATI fica incumbida de adaptar o sítio eletrônico do Poder Judiciário de Alagoas para que, obrigatoriamente:

**I** – contenha ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

**II** – possibilite a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, preferencialmente abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

**III** – possibilite o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

**IV** – divulgue em detalhes, resguardados aqueles necessários para segurança dos sistemas informatizados, os formatos utilizados para estruturação da informação;

**V** – garanta a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;

**VI** – mantenha constantemente atualizadas as informações disponíveis para acesso; e

**VII** – indique local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio.

**VIII** – possua as características necessárias para garantir acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, do art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, e demais normas técnicas oficiais e legais aplicáveis.

**Art. 9º** O sítio eletrônico do Poder Judiciário de Alagoas manterá, em campo de destaque, atalho para acesso à página do Serviço de Informações ao Cidadão e ao Portal da Transparência.

### **CAPÍTULO III DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA**

**Art. 10.** Todas as unidades do Poder Judiciário de Alagoas velarão pela efetiva proteção dos direitos arrolados no art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

**§ 1º** Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa ou pessoal, é assegurado o acesso à parte não sigilosa, preferencialmente por meio de cópia com ocultação da parte sob sigilo, ou, não sendo possível, mediante certidão ou extrato, assegurando-se que o contexto da informação original não seja alterado em razão da parcialidade do sigilo.

**§ 2º** O direito de acesso aos documentos ou às informações neles contidas, utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo, será assegurado apenas com a edição do ato decisório respectivo, sempre que o acesso prévio puder prejudicar a tomada da decisão ou seus efeitos.

**§ 3º** A negativa de acesso às informações objeto de pedido, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares previstas em lei.

**§ 4º** Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

**§ 5º** Constatados impedimentos fortuitos ao acesso à informação, como o extravio ou outra violação à sua disponibilidade, autenticidade e integridade, o responsável pela conservação de seus atributos deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato, indicar os meios que comprovem suas alegações e comunicar a ocorrência ao requerente.

**Art. 11.** O disposto nesta resolução não exclui as hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, inclusive quanto aos procedimentos investigatórios cíveis e criminais, aos inquéritos policiais e aos processos judiciais e administrativos, nos termos das normas legais e regulamentares específicas, assim como o disposto na Súmula Vinculante 14 do Supremo Tribunal Federal.

**§ 1º** A decretação do sigilo deve se dar mediante justificativa escrita e fundamentada nos autos.

**§ 2º** O sigilo de que trata o caput deste artigo não abrange:

I – a informação relativa à existência do procedimento judicial ou administrativo, bem como sua numeração;

II – o nome das partes, ressalvadas as vedações expressas em lei e o disposto no art. 4º, § 1º, da Resolução do CNJ 121/2010, com redação dada pela Resolução do CNJ 143/2011;

III – o inteiro teor da decisão que extingue o processo judicial, com ou sem resolução de mérito, bem como o processo administrativo.

**§ 3º** Os dados relativos à existência e numeração do procedimento, bem como ao nome das partes poderão ser momentaneamente preservados se a sua revelação puder comprometer a eficácia das diligências instrutórias requeridas.

#### **CAPÍTULO IV DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

**Art. 12.** O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), acessível por canais eletrônicos e presenciais, será prestado pela Ouvidoria Judiciária e pelo Protocolo Administrativo, que deverão:

I – atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;

II – informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;

III – protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações, e, sempre que possível, o seu fornecimento imediato; e

IV – encaminhar o pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber.

**Art. 13.** As unidades que ofereçam atendimento ao público deverão disponibilizar formulário para a apresentação de pedido de informação, que também poderá ser preenchido e encaminhado em formato eletrônico, sendo este o meio pelo qual preferencialmente serão enviadas as respostas.

**§ 1º** É facultado ao interessado apresentar pedido de informação por correspondência ou optar pelo recebimento da resposta em meio físico, seja por correspondência ou retirada no local, situações em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos meios materiais utilizados.

**§ 2º** Os formulários conterão campo para a identificação do solicitante, com nome completo, número de identidade e do CPF e endereço físico ou eletrônico, se pessoa física, ou razão social, dados cadastrais e endereço físico ou eletrônico, se pessoa jurídica, além de especificação da informação requerida.

**§ 3º** Poderá o solicitante optar pelo tratamento sigiloso dos seus dados pessoais, hipótese em que tais dados ficarão sob a guarda e responsabilidade da unidade que recebeu o pedido.

**§ 4º** O campo para a formulação do pedido poderá trazer a recomendação de que a solicitação seja enunciada de forma clara e objetiva, sendo vedadas exigências relativas aos motivos determinantes do pedido.

**Art. 14.** Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I – insuficientemente claros ou sem delimitação temporal;

II – desproporcionais ou desarrazoados;

III – que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade;

IV – que contemplem períodos cuja informação haja sido descartada, nos termos previstos em Tabela de Temporalidade;

V – referentes a informações protegidas, tais como sigilo fiscal, bancário, telefônico, de dados, de operações, de correspondência, fichas financeiras, laudos médicos, prontuários e demais informações sobre histórico médico, terapias, exames, cirurgias e quaisquer outras formas de tratamento, avaliação de desempenho e de estágio probatório de servidor e procedimentos disciplinares em andamento gravados com sigilo;

VI – atinentes a informações classificadas como ultrassecretas, secretas ou reservadas, na forma desta resolução;

VII – relativos a processos que tramitam em segredo de justiça, só acessíveis às partes e seus advogados;

VIII – sobre informações pessoais, assim consideradas as que dizem respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, bem como às liberdades e às garantias individuais, nos termos dos artigos 6º e 31 da Lei 12.527, de 2011;



**IX** – relativos a informações que possam colocar em risco a segurança da instituição ou de seus membros, servidores e familiares.

**Parágrafo único.** Na hipótese do inciso III, o órgão deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento dos dados.

**Art. 15.** Recepcionado o pedido, em meio físico ou eletrônico, caberá a Ouvidoria Judiciária:

**I** – verificar se o pedido atende aos requisitos da Lei 12.527/2011, fornecendo ao requerente todas as orientações necessárias à sua correta formulação;

**II** – responder de imediato ao requerente quando a informação solicitada se encontrar disponível;

**III** – comunicar ao requerente que o órgão não possui a informação e indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém;

**IV** – indicar as razões de fato ou de direito da recusa do acesso, total ou parcial, disponibilizando ao requerente o inteiro teor da decisão, por certidão ou cópia, bem como cientificando-o da possibilidade de recurso, dos prazos e condições para a sua interposição, com indicação da autoridade competente para a sua apreciação.

**§ 1º** Não sendo possível o atendimento imediato do pedido, a Ouvidoria Judiciária deverá encaminhar a solicitação à unidade que produz ou custodia a informação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, bem como responder ao requerente, em prazo não superior a 20 (vinte) dias, contado do recebimento da solicitação.

**§ 2º** O prazo para resposta previsto no § 1º poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa da qual será cientificado o requerente antes do término do prazo inicial.

**Art. 16.** A unidade responsável pela produção ou custódia da informação deverá:

**I** – verificar se possui a informação requerida, comunicando em 48 (quarenta e oito) horas a Ouvidoria Judiciária se não a possuir;

**II** – encaminhar a informação requerida à Ouvidoria Judiciária, caso possa ser divulgada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do pedido;

**III** – comunicar à Ouvidoria Judiciária, antes do término do prazo assinalado no inciso II, a necessidade de prorrogação do prazo para resposta, acompanhada da devida justificativa; ou

**IV** – comunicar à Ouvidoria Judiciária, no prazo previsto no inciso II e mediante justificativa, a impossibilidade de divulgação da informação requerida.

**§ 1º** A Ouvidoria Judiciária dará conhecimento da informação ao requerente ou comunicará data, local e modo para realização da consulta ou reprodução.

**§ 2º** A negativa de acesso à informação ou o não encaminhamento à Ouvidoria Judiciária, pelo responsável por sua guarda e manutenção, no prazo previsto no inciso

II, quando não fundamentada, sujeitarão o responsável a medidas disciplinares, nos termos do art. 32 da Lei 12.527/2011.

**Art. 17.** A DIATI é responsável por oferecer meios para que o próprio requerente pesquise a informação de que necessitar, exceto a de caráter eminentemente pessoal, assegurada a segurança e a proteção das informações e o cumprimento da legislação vigente.

**§ 1º** Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em qualquer outro meio de acesso universal, a Ouvidoria Judiciária, e quando for o caso, as demais unidades informarão ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, ficando o Poder Judiciário de Alagoas desonerado da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos.

**§ 2º** Havendo dúvida quanto à classificação do documento, o pedido poderá ser encaminhado à análise da autoridade que esteja incumbida da classificação das informações, a qual deverá se manifestar em 10 (dez) dias.

**Art. 18.** O serviço de busca e fornecimento de informação é gratuito, salvo nas hipóteses do § 1º, do artigo 13, desta Resolução.

**Parágrafo único.** Está isento de ressarcir os custos previstos no caput todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

**Art. 19.** Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

**Parágrafo único.** Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

## **CAPÍTULO V DOS RECURSOS**

**Art. 20.** No caso de indeferimento, total ou parcial, de acesso a informações, ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente interpor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior.

**§ 1º** A Ouvidoria Judiciária encaminhará o recurso, de imediato, à autoridade responsável por seu julgamento.

**§ 2º** A autoridade a que se refere o § 1º deverá encaminhar à Ouvidoria Judiciária, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento do recurso:

I – a informação solicitada pelo requerente, na hipótese de provimento do recurso; ou

II – a decisão motivada, na hipótese de desprovimento do recurso.

**§ 3º** Caso a apreciação do recurso de que trata o caput tenha por objeto classificação, reclassificação e desclassificação das informações, a autoridade, ao conhecer do recurso, procederá à reavaliação da classificação, nos termos do art. 31.

**§ 4º** Da decisão prevista no inciso II, do § 2º, caberá recurso ao Presidente do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da ciência do requerente.

**Art. 21.** A Ouvidoria Judiciária é responsável por informar mensalmente à Ouvidoria do CNJ todas as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações.

## **CAPÍTULO VI DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 22.** O uso indevido das informações obtidas nos termos desta Resolução sujeitará o responsável às consequências previstas em lei.

**Art. 23.** As responsabilidades dos membros e servidores do Poder Judiciário pelas infrações descritas no Capítulo V da Lei de Acesso à Informação serão devidamente apuradas de acordo com os procedimentos administrativos regulamentados pelas leis aplicáveis.

## **CAPÍTULO VII DA PUBLICIDADE DAS SESSÕES DE JULGAMENTO**

**Art. 24.** As sessões dos órgãos colegiados são públicas, e poderão ser transmitidas ao vivo pela internet.

**§ 1º** Por decisão fundamentada, determinados atos instrutórios do processo administrativo disciplinar poderão ser realizados na presença, tão somente, das partes e de seus advogados, ou apenas destes, desde que a preservação do direito à intimidade não prejudique o interesse público da informação.

**§ 2º** As sessões de que trata o caput serão registradas em áudio, e o conteúdo será disponibilizado no respectivo sítio eletrônico oficial no prazo de 5 (cinco) dias, e em ata, a ser disponibilizada no sítio eletrônico oficial no prazo de 2 (dois) dias, contados da data de sua aprovação.

**§ 3º** O acesso dos interessados à íntegra das discussões e decisões dos órgãos colegiados está garantido com a disponibilização das informações mencionadas no parágrafo anterior.

**§ 4º** As Secretarias dos órgãos colegiados são responsáveis por divulgar, no sítio do Tribunal de Justiça, os arquivos mencionados no §2º, exceto quanto às informações das sessões administrativas do Tribunal Pleno, cuja responsabilidade é da Direção Geral.

**Art. 25.** A pauta das sessões judicial e administrativa dos órgãos referidos no art. 24 será divulgada no sítio do Tribunal de Justiça, franqueando-se a todos o acesso e a presença no local da reunião.

**Parágrafo único.** Somente em caso de comprovada urgência e mediante aprovação da maioria dos integrantes do colegiado poderão ser objeto de deliberação

matérias que não se encontrem indicadas na pauta da sessão, divulgada nos termos do caput.

## **CAPÍTULO VIII** **DAS DIRETRIZES PARA CLASSIFICAÇÃO, DESCLASSIFICAÇÃO E REAVALIAÇÃO DA** **INFORMAÇÃO**

### **SEÇÃO I** **DA CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

**Art. 26.** São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

**I** – pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

**II** – prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;

**III** – pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

**IV** - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

**V** – prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas;

**VI** – prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;

**VII** – pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou

**VIII** – comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

**Art. 27.** A informação em poder de qualquer órgão do Poder Judiciário, referida no artigo anterior, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

**§ 1º** Os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

**I** – ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;

**II** – secreta: 15 (quinze anos); e

**III** – reservada: 5 (cinco) anos.

**§ 2º** Alternativamente aos prazos previstos no § 1º, poderá ser estabelecida, como termo final de restrição de acesso, a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.

**§ 3º** Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

**§ 4º** Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo deverá ser observado o seu interesse público e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

I – a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e

II – o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

**§ 5º** É permitida a restrição de acesso, independentemente de ato de classificação, nos casos:

I – de legislação específica;

II – de documentos preparatórios, considerados aqueles utilizados como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas; e

III – de informações pessoais.

**§ 6º** As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente, do Vice-Presidente e do Corregedor do Tribunal e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato.

**Art. 28.** A classificação do sigilo de informações no âmbito do Tribunal é de competência:

I – no grau ultrassecreto: do seu Presidente;

II – no grau secreto: da autoridade mencionada no inciso I e dos membros do Tribunal Pleno; e

III – no grau reservado: das autoridades mencionadas nos incisos I e II, do Secretário Especial da Presidência e do Diretor-Geral.

## **SEÇÃO II**

### **DOS PROCEDIMENTOS PARA CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO**

**Art. 29.** A decisão que classificar a informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada no Termo de Classificação de Informação (TCI), e conterá os seguintes dados:

I – número de identificação do documento;

II – grau de sigilo;

III – categoria na qual se enquadra a informação;

IV – tipo de documento;

V – data da produção do documento;

VI – indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação;

VII – razões da classificação, observados os critérios menos restritivos;

**VIII** – indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, observados os limites previstos nesta Resolução;

**IX** – data da classificação; e

**X** – identificação da autoridade que classificou a informação.

**§ 1º** O TCI deverá seguir anexo ao documento classificado como sigiloso.

**§ 2º** As informações previstas no inciso VII do caput deverão ser mantidas no mesmo grau de sigilo que a informação classificada.

**Art. 30.** Na hipótese de documento que contenha informações classificadas em diferentes graus de sigilo, será atribuído ao documento tratamento do grau de sigilo mais elevado.

### **SEÇÃO III**

#### **DA DESCLASSIFICAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÃO SIGILOSA**

**Art. 31.** A classificação das informações será reavaliada, no prazo de 30 (trinta) dias, pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, para desclassificação ou redução do prazo de sigilo.

**Art. 32.** Na hipótese de indeferimento do pedido de desclassificação de informação sigilosa, caberá recurso ao Presidente do Tribunal de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da negativa.

**§ 1º** Na ocorrência do caput, o Presidente do Tribunal de Justiça poderá:

**I** – desclassificar a informação ou reduzir o prazo de sigilo, caso em que dará ciência à autoridade classificadora e encaminhará a decisão à Ouvidoria Judiciária para comunicação ao recorrente; ou

**II** – manifestar-se pelo desprovimento do recurso, com despacho motivado, hipótese em que o recorrente será informado da possibilidade de recorrer, no prazo de 10 (dez) dias contado da ciência da negativa, ao Conselho Nacional de Justiça.

**§ 2º** Nas hipóteses em que a autoridade classificadora for o Presidente do Tribunal, o recurso de que trata o caput será encaminhado pela Ouvidoria Judiciária diretamente ao Plenário.

**Art. 33.** A decisão da desclassificação, reclassificação ou redução do prazo de sigilo de informações classificadas deverá constar das capas dos processos administrativos, se houver, e de campo apropriado no TCI.

### **CAPÍTULO IX**

#### **DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS**

**Art. 34.** As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem detidas pelo Poder Judiciário:

**I** – terão acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que se referirem, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da data de sua produção; e

II – poderão ter sua divulgação ou acesso por terceiros autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referem ou do seu representante legal.

**Parágrafo único.** Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, os direitos de que trata este artigo assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes, conforme o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e na Lei 9.278, de 10 de maio de 1996.

**Art. 35.** O tratamento das informações pessoais deve ser realizado de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

**Art. 36.** O consentimento referido no art. 34, inciso II, não será exigido quando o acesso à informação pessoal for necessário:

I – à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, vedada a identificação da pessoa a que a informação se referir;

II – ao cumprimento de decisão judicial;

III – à defesa de direitos humanos;

IV – à proteção do interesse público geral preponderante.

**Art. 37.** A restrição de acesso a informações pessoais não poderá ser invocada:

I – com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades, conduzido por órgão competente, em que o titular das informações for parte ou interessado; ou

II – quando as informações pessoais não classificadas estiverem contidas em conjuntos de documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância.

**Art. 38.** O Presidente do Tribunal poderá, de ofício ou mediante provocação, reconhecer a incidência da hipótese do inciso II do art. 37, de forma fundamentada, sobre documentos que tenha produzido ou acumulado e que estejam sob a guarda do Tribunal.

**§ 1º** A decisão de reconhecimento será precedida de publicação de extrato da informação, com descrição resumida do assunto, origem e período do conjunto de documentos a serem considerados de acesso irrestrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

**§ 2º** Após a decisão de reconhecimento de que trata o § 1º, os documentos serão considerados de acesso irrestrito ao público.

**Art. 39.** O pedido de acesso a informações pessoais estará condicionado à comprovação da identidade do requerente.

**Art. 40.** O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade e o pedido deverá ainda estar acompanhado de:

I – comprovação do consentimento expresso de que trata o art. 34, inciso II, por meio de procuração;

II – comprovação das hipóteses previstas no art. 36;

III – demonstração do interesse pela recuperação de fatos históricos de maior relevância, observados os procedimentos previstos no art. 38; ou

IV – demonstração da necessidade de acesso à informação requerida para a defesa dos direitos humanos ou para a proteção do interesse público e geral preponderante.

**§ 1º** A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneira diversa.

**§ 2º** Aquele que obtiver acesso às informações pessoais de terceiros será responsabilizado por seu uso indevido, na forma da lei.

**Art. 41.** Aplica-se, no que couber, a Lei 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, física ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de órgãos ou entidades governamentais ou de caráter público.

## **CAPÍTULO X**

### **DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

**Art. 42.** Cabe ao Presidente do Tribunal:

I – assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da LAI;

II – monitorar a implementação da LAI e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;

III – recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto na LAI; e

IV – orientar os órgãos do Poder Judiciário de Alagoas no que se refere ao cumprimento do disposto na LAI e seus regulamentos.

**Art. 43.** Deverão ser publicados pela Ouvidoria Judiciária, anualmente, no Portal da Transparência:

I – rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;

II – rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;

III – relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como as informações genéricas sobre os solicitantes; e



**IV** – descrição das ações desenvolvidas para a concretização do direito constitucional de acesso à informação.

**Parágrafo único.** Os relatórios a que se refere este artigo deverão ser disponibilizados para consulta pública nas sedes das instituições e encaminhados ao CNJ, que manterá extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.

## **CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 44.** Poderão dispor de páginas exclusivas: a Corregedoria-Geral da Justiça, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas, o Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário, o Fundo Especial para o Registro Civil de Alagoas, a Justiça Itinerante e a Diretoria de Comunicação.

**Parágrafo único.** Compete à Direção-Geral, após análise de sua relevância, a autorização para a inclusão de páginas exclusivas, bem como outras informações afetas a órgãos que atualmente não disponibilizam dados para o sítio do Tribunal de Justiça de Alagoas.

**Art. 45.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 46.** Ficam revogados os Atos Normativos nº 38, de 6 de maio de 2011, nº 15, de 23 de maio de 2013, nº 10, de 18 de março de 2015 e demais disposições em contrário.

Desembargador WASHINGTON LUIZ DAMASCENO FREITAS

Desembargadora ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO

Desembargador PEDRO AUGUSTO MENDONÇA DE ARAÚJO

Desembargador OTÁVIO LEÃO PRAXEDES

Desembargador PAULO BARROS DA SILVA LIMA

Desembargador FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA

Desembargador FÁBIO JOSÉ BITTENCOURT ARAÚJO

Desembargador JOÃO LUIZ AZEVEDO LESSA

Desembargador DOMINGOS DE ARAÚJO LIMA NETO

Resolução TJ nº 29/2016